

Edição 214 |
Setembro de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



SINPROSM 29 ANOS DE LUTAS



EDITORIAL

EDUCAÇÃO E ELEIÇÕES

Aproximam-se as eleições e a educação volta a ser prioridade em discursos de postulantes ao executivo e legislativo. Descrentes diante de promessas que caíram no esquecimento, muitos eleitores, dentre eles, muitos de nós professores, optam por deixar de ouvir tais discursos sob alegação de que os políticos são todos iguais ou que as promessas são sempre as mesmas e não se concretizam. No entanto, não podemos nos omitir nesse processo nem deixar de fazer nossas escolhas pautadas nos projetos defendidos pelos diferentes candidatos. Os projetos são sim diferentes e apontam caminhos distintos para o estado e o país e, particularmente, para a educação.

Sendo conhecedores da realidade da educação pública, temos bastante responsabilidade e nosso conhecimento acerca do tema é de fundamental importância para fazermos nossa escolha e qualificarmos o debate às vésperas da eleição. Em tempos de questionamentos generalizados ao serviço público e às despesas públicas, ganham espaço projetos que se embasam na diminuição do Estado. Esses projetos ganham força e apoiadores diante das constantes notícias de novos casos de corrupção e mau uso das verbas públicas. No senso comum, paga-se muito em impostos e recebe-se serviço público deficitário. Dessa forma, os candidatos que propõe mais espaço para iniciativa privada acabam ganhando apoiadores mesmo entre os eleitores que mais dependem dos serviços públicos.

É nesse contexto que temos o compromisso de garantir a manutenção da educação pública gratuita. As políticas nacionais para educação definem o papel da escola e do profissional docente e apontam de que forma o direito à educação será garantido. Nesse sentido, vale uma olhada atenta às propostas para a educação apresentadas pelos presidentiáveis, de banir Paulo Freire a crescer 50 pontos no PISA em 8 anos, as propostas vazias, generalistas e sem embasamento demonstram o quão distante da escola estão alguns candidatos.

Educação se faz com investimento. E quais serão os recursos disponíveis para financiar a educação? Com a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos, os investimentos em educação estarão comprometidos. Além disso, pela atual legislação, o FUNDEB deixa de existir em 2020 (hoje ele garante, inclusive, o pagamento dos professores municipais de Santa Maria). Há propostas de presidentiáveis que são omissas quanto a essas questões que são fundamentais. E as omissões não param no aspecto do investimento. Há níveis e modalidades de ensino sequer citadas em boa parte das propostas.

Não sejamos nós também omissos. Saibamos, como educadores que somos, valorizar momento tão importante da nossa democracia e façamos uma escolha consciente sem esquecer o lugar que ocupamos e sem perder de vista a defesa da escola pública.

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

CONVERSÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS POR SERVIDOR MUNICIPAL INATIVO, EM PECÚNIA

A segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, reconheceu no último dia 29/08/2018, o direito de Servidor Público Inativo do Município de São Luiz Gonzaga, a indenização por férias adquiridas em atividade e não gozadas antes da aposentadoria.

Em sua decisão, sob a relatoria do Magistrado Mauro Caum Gonçalves, a turma firmou posicionamento da seguinte forma: “Nos termos do entendimento consolidado pelo STF, é obrigação da Administração Pública indenizar o servidor aposentado por férias ou licença prêmio não usufruída, mesmo na pendência de edição de norma estadual ou municipal, em face da vedação do enriquecimento sem causa. A necessidade de postulação administrativa da conversão em pecúnia (art. 104, §1º, Lei Municipal nº 2.334/90) se aplica somente aos servidores em atividade, já que a eles é possível optar entre gozar ou ser somente indenizado, na forma prevista na legislação local. Na hipótese de aposentadoria do servidor, inviável o gozo. Assim, a única solução que se impõe é a conversão do benefício em pecúnia”.

Nesses termos, o servidor que venha a se aposentar voluntariamente, por invalidez ou o pensionista de servidor que venha a falecer em atividade, e tenha o direito às férias ou licenças prêmio não gozadas, pode buscar judicialmente o direito a respectiva indenização, pois o não pagamento de tais vantagens, constitui enriquecimento ilícito do poder público, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

Processo relacionado: 71007749674

Fonte: TJRS

COMEMORAÇÕES

MAIS COMUNICAÇÃO PARA O TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO

Projetos em desenvolvimento ou já iniciados irão contar a história do Sinprosm e ilustrar as lutas atuais da categoria

O ano em que o Sinprosm completa a sua terceira década de fundação será de aprofundamento das lutas e de lembrar as conquistas que o levaram a ser um dos sindicatos mais combativos do Rio Grande do Sul. “Para o momento histórico em que vivemos, em que o movimento sindical está sob ataque e vemos um reacionarismo crescente na sociedade, é fundamental mostrar como lutamos, por que lutamos e o que conquistamos nesses 30 anos através da luta”, resume a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical Celma Pietczak.

Algumas ações já tiveram início. Desde as primeiras edições do ano de 2018 o Primeira Classe vem publicando a seção Memória Sinprosm, em que personagens marcantes destes 29 anos contam a sua história de vida e de trabalho pela categoria. A série vai até dezembro de 2019, com um perfil por edição.

Essa história toda irá também para o vídeo. Um documentário está contratado e deverá ter suas gravações iniciadas no próximo mês, junto com um vídeo institucional de divulgação dos serviços e lutas atuais do Sinprosm.

As redes sociais também são um campo de trabalho para a divulgação das ações em desenvolvimento, mobilização e esclarecimento



Prof. Neusa Lima, da EMEF Alfredo Winderlich no primeiro episódio da websérie *Ideias em Rede*

da sociedade sobre as pautas da categoria. Em parceria com Toca Audiovisual, estão sendo divulgados com amplo alcance em Facebook, Instagram e YouTube vídeos institucionais explicando em linguagem acessível conceitos de reivindicações da categoria, como o piso salarial e a carga horária para planejamento.

Já com a websérie *Ideias em Rede*, projetos educacionais inovadores desenvolvidos por professores da rede municipal são apresentados em formato de minidocumentários, contados pelos

próprios realizadores, com apoio de alunos e comunidades escolares. O objetivo é demonstrar o compromisso dos professores com a educação, mesmo em condições precárias de trabalho. “O comprometimento dos professores em buscar formas de educar para a cidadania, mesmo contra as adversidades encontradas, merece ser divulgado e valorizado. Acreditamos que este também é o papel do sindicato”, comenta Celma. Os episódios serão publicados mensalmente, todo dia 20, nas redes sociais do Sinprosm.

QUALIDADE NO ENSINO

NOTA DO SINPROSM SOBRE RESULTADO DO IDEB

Infraestrutura de escolas, salários do magistério e situação socioeconômica de alunos influenciam nos índices

A divulgação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico pelo Ministério da Educação nesta segunda-feira (3) exige da sociedade santa-mariense uma análise mais aprofundada. A simples comparação dos dados postos e a consequente classificação de escolas entre boas e más exclui uma série de variáveis fundamentais para que se compreenda a realidade da escola pública de Santa Maria.

Antes de mais nada, não é possível avaliar qualidade de ensino sem que se considere a situação socioeconômica da comunidade onde a escola está inserida. A maioria das nossas escolas municipais localizam-se em regiões periféricas, onde o acesso a serviços básicos nem sempre é garantido e onde muitas vezes a escola é a única referência positiva da presença do poder público. Subemprego,

baixa escolaridade de pais, violência, exclusão social e falta de infraestrutura urbana são características prementes destas comunidades. A aprendizagem em si e as taxas de aprovação, fatores avaliados pelo índice, estão diretamente relacionadas a estas condições.

Qualidade de ensino também se faz com investimento. Grande parte das escolas municipais não possui biblioteca, quadra de esportes, secretaria, sala de reuniões, refeitório, quadro funcional suficiente para seu funcionamento adequado. A inexistência de investimento real em infraestrutura torna permanente a busca de recursos pelas direções das escolas através de rifas, festas, risotos e outras iniciativas, que são aplicados em melhorias nas instalações elétricas, manutenção de telhados, compra de equipamentos, dentre outras obrigações do poder público. Como

garantir qualidade desta forma?

Investimento em educação também significa remunerar adequadamente professores. O Sinprosm luta incessantemente pela aplicação da Lei do Piso Nacional, tendo apenas evasivas como resposta por parte da administração municipal. A valorização do principal personagem do processo educacional, o professor, continua não sendo prioridade em Santa Maria.

Evidentemente existem exceções, cujo trabalho não pode ser ignorado. No entanto, para quem conhece a realidade da educação pública em Santa Maria, todas as condicionantes elencadas acima são facilmente detectáveis no resultado do IDEB. Exatamente por isso o “ranqueamento” é injusto: desconsidera a formação integral do cidadão e compara os desiguais.

CAMPANHA SALARIAL

PAGAMENTO DO PISO É DECISÃO POLÍTICA

Sinprosm quer debater cumprimento da Lei do Piso Nacional no âmbito político, enquanto não há decisão no campo judicial

Mais uma vez o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria cobra através de ofício o posicionamento da administração municipal sobre o pagamento do piso nacional dos professores. O documento foi protocolado na Casa Civil nesta terça-feira (11).

Na mais recente reunião entre Sinprosm e prefeitura, em 27 de julho, o prefeito Jorge Pozzobom (PSDB) vinculou a definição do governo a questões jurídicas e solicitou encontro da assessoria jurídica da entidade com a Procuradoria do Município. A reunião, em 9 de agosto, não trouxe nenhuma contribuição efetiva ao debate, dado que existe uma ação coletiva proposta pela categoria ainda em tramitação, com recursos cabíveis de ambos os lados.

Falta, portanto, uma resposta objetiva sobre o assunto. “A decisão de cumprir ou não a Lei do Piso Salarial do Magistério é uma decisão política do prefeito, como foi de seus antecessores. Ele, em nenhum momento até agora, deu uma resposta clara sobre essa reivindicação, apenas protelou”, resume a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

HISTÓRICO DE PERDAS

A Lei do Piso Nacional foi sancionada pelo presidente Lula em 2008. Os professores municipais de Santa Maria tiveram seu salário básico equiparado ao piso nacional, respeitando o plano de carreira, apenas entre 2011 e 2014. Com reposições salariais após esse período sempre abaixo dos reajustes definidos pelo MEC, o básico dos professores municipais tem hoje uma defasagem de 12,25% em relação ao piso nacional.

“Se comparados ao histórico da categoria, a situação é ainda pior”, afirma Celma. No último mês, o Sinprosm encomendou a economistas da UFSM um estudo da evolução salarial da categoria, levando-se em conta a questão inflacionária desde 1988. O cálculo apontou que as perdas históricas são de 30,41%. “Significa que a reivindicação atual, do pagamento do piso, ainda está bastante abaixo do que a categoria realmente deveria receber”, destaca.



Em reunião resultante da mobilização de 12 de julho, Pozzobom não deu nenhuma resposta objetiva sobre reivindicação, apenas protelou com debate jurídico sem efeito prático no debate

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm!
A FORÇA DOS EDUCADORES

Santa Maria, 10 de setembro de 2018.

Ofício nº120/2018

Exmo Sr. Prefeito Municipal

Jorge Pozzobom

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE POSICIONAMENTO SOBRE PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Senhor Prefeito

Cumprimentando-o respeitosamente, o Sindicato dos Professores Municipais – SINPROSM- vem, por meio deste, solicitar seu posicionamento referente ao pagamento do piso nacional do magistério. Em nossa última reunião, foi encaminhado um encontro entre a assessoria jurídica do sindicato e a Procuradoria Geral do Município para tratar de uma “dúvida jurídica”. O encontro realizou-se no dia nove de agosto, no entanto, entendemos que a pauta da equiparação ao piso nacional não está no âmbito jurídico, devemos, portanto, debatê-la politicamente como vínhamos fazendo até então.

Por outro lado, o SINPROSM encaminhou estudo a respeito das perdas salariais históricas dos professores municipais. O estudo, realizado por economista, apontou que o reajuste necessário para repor as perdas salariais até agosto de 2018 seria de 30,41%.

Diante do exposto, solicitamos seu posicionamento acerca do pagamento do piso nacional do magistério aos professores municipais de Santa Maria.

Atenciosamente

Celma Pietczak
Celma Pietczak

Coordenadora de Comunicação e Formação Sindical

EVENTOS

VÊM AÍ AS COMEMORAÇÕES DO DIA DO PROFESSOR

Jantar-baile será no Clube Recreativo Dores em 6 de outubro e Chá das Aposentadas no salão da Catedral em 14 de novembro



Um convite do Sindicato dos Professores Municipais

Dia 6 de outubro, às 20h30min, no Salão Nobre do Clube Dores

Jantar Baile do Dia do Professor

Convites começam a ser distribuídos na sede do Sinprosm no dia 18 de setembro. Para não sindicalizados, o custo será de 50 reais

Mais uma vez será com estilo a celebração do Dia do Professor para os colegas da rede municipal. Com datas e atrações já confirmadas, a coordenação do Sinprosm antevê grandes momentos de confraternização. “Os detalhes foram pensados para que a categoria possa aproveitar o eventos da melhor forma. Terão a nossa cara”,

adianta a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

O Jantar-Baile do Dia do Professor será no sábado, 6 de outubro. Com animação da Druzian Sonorizações e buffet do Restaurante Babette by Denise, a festa volta ao Salão Nobre do Clube Recreativo Dores. Uma novidade será a

apresentação da equipe da Fuel Entretenimento, maior empresa do interior do estado no ramo de animação de eventos com coquetelaria, tequileiros e dançarinos. Os sindicalizados poderão retirar os convites a partir do dia 18 de setembro na sede do Sinprosm. Para não sindicalizados, o convite tem custo de 50 reais.



Grupo de dança da professora Lívia prepara coreografia especial para o Chá das Aposentadas

CHÁ COM PERFORMANCE

O Chá das Aposentadas será no salão da Catedral Metropolitana no dia 14 de novembro, às 15 horas, com sonorização da Sul Áudio e buffet Bianco Nero. A Fuel Entretenimento também estará animando o evento.

O ponto alto, novamente, será a apresentação do grupo de aposentadas que participa da oficina de dança da professora Lívia no Sinprosm. Pelo 5º ano consecutivo a turma de cerca de 15 professoras demonstra o resultado das aulas ao longo do ano, um trabalho que estimula a integração e vitalidade das participantes. “A apresentação dá muita motivação a mais para a turma, nos ensaios, na preparação do figurino. Planejamos para esse ano um coreografia surpresa para a festa”, adianta Lívia.

O convite para o Chá das Aposentadas estará anexado à presente edição do Primeira Classe, com prazo para confirmação de presença até o dia 9 de novembro pelos telefones 3223 0168 e 99635 1418. A capacidade máxima do salão é de 300 pessoas.

ARTIGO

FICA ESPANHOL: UMA LUTA PELA EDUCAÇÃO PLURILÍNGUE

De costas para a América Latina. Esta foi a postura adotada pelo governo Temer ao tomar o poder. Isso se tornou evidente pelo arrefecimento das relações nos âmbitos do Mercosul e do BRICS e com a reaproximação com os Estados Unidos.

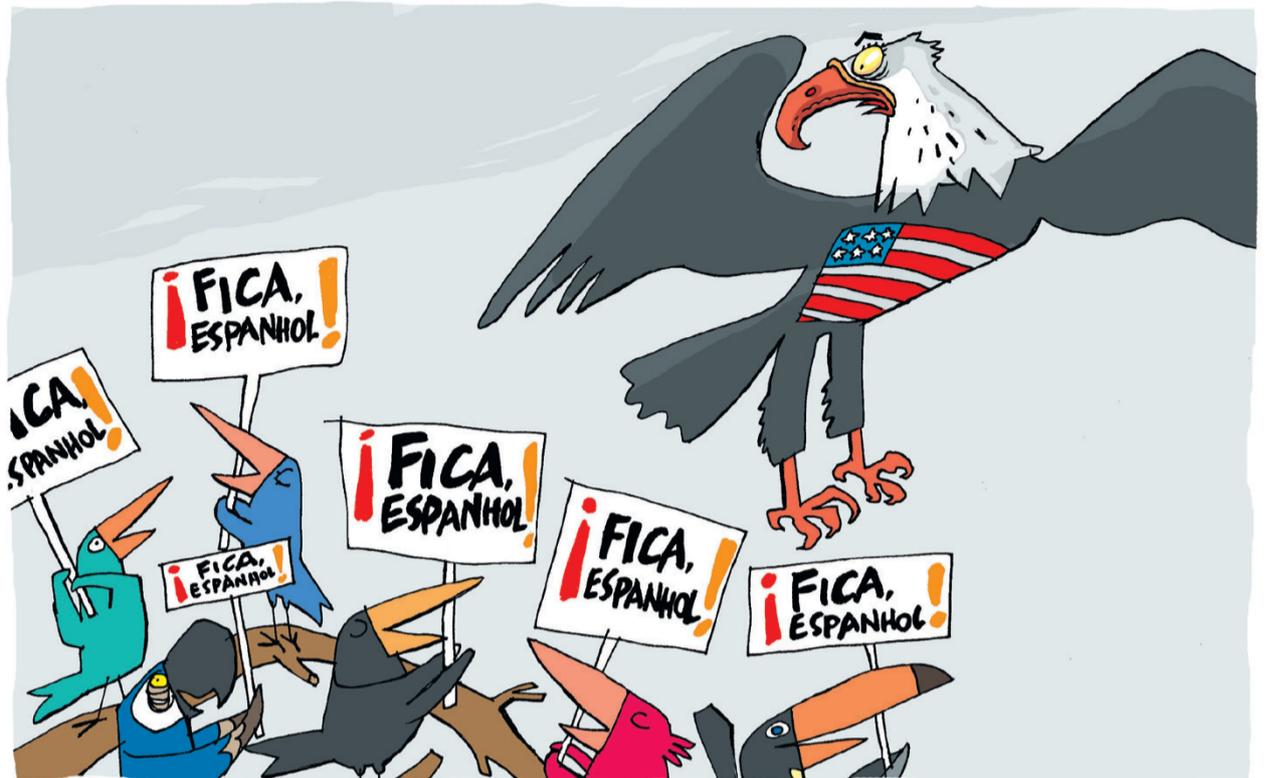
Não tardou para que o olhar do “novo” governo se voltasse à educação. Decidido a “modernizar” o Ensino Médio, lançou a MP 746/2016, que propunha, entre outras coisas, a criação dos chamados “itinerários formativos”, o descarte de várias disciplinas e profundas alterações na LDB.

Para os professores de línguas estrangeiras, chamou atenção o tratamento dado à área, que viria a confirmar a ação reacionária do governo voltada aos irmãos latino-americanos. O texto da LDB determinava a obrigatoriedade, a partir da quinta série, do ensino de pelo menos uma língua estrangeira, à escolha da comunidade escolar. Segundo o novo texto, no “currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa”. Um golpe devastador para quem, ao longo dos anos, tem defendido uma escola com ensino plurilíngue, que contemple, além do inglês, o espanhol, haja vista os 7 países de língua espanhola com que fazemos fronteira e nos relacionamos econômica, científica e culturalmente. Que respeite as línguas de herança, como o italiano, o alemão, o polonês e tantas outras e, ainda, que dê o merecido espaço às línguas indígenas, em respeito à nossa história, em especial num país que acabou de viver a perda dramática do seu Museu Nacional.

Como se não bastasse a preferência pelo inglês, algo que não encontra qualquer respaldo em pesquisadores sérios vinculados aos estudos linguísticos, a MP trazia um artigo para revogar a lei 11161/2005, que garantia a oferta obrigatória de espanhol nas escolas. Facultava, a MP, “o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de cada sistema de ensino”. Ora, em um país em que se vê educação como gasto e não investimento, alguém poderia acreditar que isso seria levada a sério?

Já no início de 2017, antes de se converter em lei, a MP gerou mudanças significativas nas escolas. Registramos vários casos de professores de espanhol desviados para ministrar outras disciplinas. Caso emblemático foi o de uma professora que, ao chegar à escola, deparou-se com um quadro de horários preenchido com a disciplina de Inglês. Ao questionar a direção, recebeu a resposta: “São ordens de cima. Agora, vais dar aulas de inglês.” Sem formação? Qual a preocupação, então, com a qualidade?

Todo esse desmonte não poderia ficar sem



resposta. Dois grupos de professores universitários se formaram no estado, vinculados à Área de Espanhol de suas respectivas instituições. No interior, representantes da UFFS, da UFSM, da Ufpel e da Unipampa se organizaram a fim de negociar com representações políticas em Brasília a manutenção do espanhol. Em Porto Alegre, os alunos do PIBID-Espanhol da UFRGS constituíram um movimento denominado FicaEspanhol e, junto com o Colégio de Aplicação e seus professores, realizaram uma série de ações semelhantes. Apesar de todas as articulações, porém, Câmara e Senado mantiveram o texto original da MP na Lei 13415/2017.

Com isso, os dois grupos de professores voltaram-se para o estado. Articulações foram iniciadas em diferentes frentes, até que, em setembro de 2017, a representante da UFFS obteve uma audiência com a Deputada Estadual Juliana Brizola. Finalmente, os grupos de trabalho do interior e da capital conseguiram se unir, assumindo o FicaEspanhol em nível estadual. Na primeira reunião, UFFS, UFRGS, Ufpel, UFSM e IF-RS marcaram presença com apoio da Unipampa. Imediatamente, decidiu-se elaborar uma Proposta de Emenda Constitucional que resguardasse a oferta do espanhol. A PEC pareceu necessária para que o ensino de espanhol deixasse de ser política de governo e passasse a ser de Estado. Seguiram-se semanas de debate na elaboração da PEC e de uma justificativa devidamente respaldada pela literatura existente.

Em março de 2018, já com representação da FURG, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e de professores das redes estadual e municipais, iniciou-se a tramitação da PEC após uma importante defesa diante da Comissão de Educação

da Assembleia. Foram 36 as assinaturas obtidas para entrar com o processo. Eram necessárias 19. Com o protocolo, nascia a PEC 270/2018. Desde então, reforçou-se a campanha em todas as mídias: redes sociais, rádio, TV, jornais. A consecução de moções de apoio de mais de 50 câmaras de vereadores de todo o estado, além de outras entidades representativas, também foi fundamental, pois mostrou à Assembleia o forte apelo popular da proposta.

Em 14 de agosto, o relator da Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável à PEC e, no dia 28 de setembro, organizou-se uma Audiência Pública que contou com a presença de professores de todos os níveis de ensino, professores em formação, reitores e comunidade em geral. Com toda essa mobilização, já em 4 de setembro, na reunião de líderes de partidos, houve acordo no sentido de se levar o assunto a votação em plenário, o que aconteceu no dia 11 de setembro. Havia 45 deputados estaduais presentes. Todos votaram a favor.

Agora, entramos em compasso de espera – espera ativa, claro. Como se trata de emenda constitucional, é preciso a aprovação de 33 deputados em dois turnos com 30 dias de intervalo. Vencida a primeira votação por unanimidade, a expectativa é a melhor possível, mas, como se sabe, em política nada é garantido. Tudo depende de muito engajamento e esperança no sentido freiriano, o que implica esperar com luta. Afinal, como afirma o velho mestre, “ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica”.

Memória Sinprosm

CIRCE ROCHA, A ELEITA

Figura marcante nas lutas da categoria antes mesmo da fundação do sindicato, Circe ainda é a única liderança oriunda do Sinprosm a ocupar cargo eletivo em Santa Maria. Rememora nesta edição do Primeira Classe sua história de lutas



OVELHA NEGRA

Nasci, me criei, trabalhei e me aposentei em Santa Maria, uma das poucas da minha geração que ainda estão na cidade. Sou de uma família de classe média alta, considerada ovelha negra por todos serem de direita e eu de esquerda. Estudei sempre em colégio particular, primeiro no Coração de Maria, depois no Sant'Ana, até que consegui minha "independência" no ensino médio e fui para o Maria Rocha. Fiz o curso de história na UFSM e, antes mesmo de estar formada, comecei a trabalhar no município.

PERSEGUIÇÃO

Comecei a dar aula na EMEF Dom Luiz Victor Sartori, no primeiro governo do Osvaldo Nascimento. Nessa época, junto com outros colegas militantes, fundamos a Associação dos Professores Municipais (APM). Sempre participei ativamente daquelas coisas que acreditava, e em 1980 o prefeito colocou toda a associação na rua. Alguns foram reintegrados, outros entraram na justiça, inclusive eu, que estava grávida em licença-gestante, e acabei ficando fora do município. Ele dizia claramente que estávamos trabalhando contra ele, enquanto que na verdade estávamos trabalhando a favor da nossa categoria. Mas essa era a visão dele, como foi depois na segunda gestão, quando nos atrasou salários. Mas aí já éramos sindicato, tínhamos respaldo.

NA BRIGA

Já no primeiro governo do Farret eu passei no concurso e fui para a EMEF Fontoura Ilha, dar história nos anos finais. Nessa época a Rosmari me convidou para ir para a direção do sindicato com ela, já com uma série de dificuldades e na justiça com os municípios para ter arrecadação. Quando entrei já tinha uma pequena sede, na Rua Dr. Bozano. Fiquei oito ou nove anos na direção, depois que a Rose saiu, e fizemos brigas ferrenhas com todos os prefeitos. Para o magistério, assim como para a saúde, a prioridade fica só no discurso de todos os políticos de todos os partidos.

PREFEITOS

O Valdeci foi o que não deixou atrasar nosso sa-

lário, por que quando ele entrou estávamos em uma penúria terrível deixada pelo Osvaldo, com professores fazendo empréstimo para pagar as contas, em uma situação parecida com o governo do estado agora. Esse com certeza foi um dos piores momentos que vivemos, apesar do Farret também ter sido um grande perseguidor. O Behr vinha com o papinho que dava toda a inflação, mas quando chegava ao fim do mês a inflação já tinha comido tudo. O Valdeci colocou em dia, mas não acho que isso seja discurso nem para a direita nem para a esquerda, já que é direito de todo o trabalhador. Na prática não melhorou muito para nós, ainda que eu ache que teve um diferencial enorme com relação aos outros.

CÂMARA

Há alguns anos as pessoas falavam que eu devia ser candidata a vereadora. O Dr. Farret, inclusive, acusava que eu estava sempre brigando por quer era candidata, sem sequer eu ter pensado no assunto. Aí a base começou a dizer para mim ser candidata. Em 2000 eu me elegi, com muito voto da base, mas também muito voto pulverizado. A categoria era a minha maior base, mas o meu compromisso também era com a sociedade. O que eu defendi estava escrito na carta programática do PT e cheguei a dizer para o partido que eles estavam rasgando o que foi escrito. O Valdeci era o prefeito, mas não quer dizer que eu fosse aceitar alianças, cargos dentro do governo, essa moeda de troca que te faz uma mariazinha-vai-com-as-outras e te aviltam politicamente. Cheguei a tomar uma comissão de ética por

coisa que eu não fiz, provei com os meus advogados que eu tinha razão e é uma das coisas que me indignam muito, tanto que hoje não sou eleitora de Valdeci e Pimenta. No fim cheguei à conclusão que não era aquilo que queria e não quis mais concorrer.

SINDICALISMO X POLÍTICA PARTIDÁRIA

Eu defendo que as pessoas não devam ser profissionais da política e sim dar chance para o novo, criar novas lideranças. O mesmo em direção de escola, no sindicato. Fiquei tempo mais do que suficiente no sindicato e quando me candidatei a vereadora eu me afastei, por que não acho que se deva misturar, embora tu tenha livre arbítrio para ter o partido que quiser. Agora, numa época eleitoral, não vejo o menor problema em alguém da direção declarar voto em alguém. É da democracia. Mas lá dentro eu acho muito problemático.

HOJE

Mesmo que eu esteja afastada, isso não significa que eu deixei de ter posição e defender aquilo em que acredito. As pessoas me perguntam: por que tu está afastada? Eu trabalhei 27 anos, me aposentei, quero viver a minha vida enquanto tenho alguma coisa. Não vou ficar em casa tomando remedinho esperando a morte chegar. Não vou dizer que sou uma pessoa realizada, mas fiz as minhas opções, que foram boas mas não perfeitas (como todo ser humano...), e hoje me sinto uma pessoa livre.



Circe liderou a manifestação que "enterrou" o governo de Osvaldo Nascimento em 1999

A PEDIDO

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Comunicado

Atendendo as orientações do juiz Carlos Alberto Ely Fontela, da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria, na audiência do dia 17/07/18, referente à ação indenizatória impetrada pela professora Iêda Moraes Strunkis contra mim, ficou estabelecido que eu prestaria esclarecimentos, o que não constitui uma retratação, em vista das interpretações dúbias e equivocadas por parte de alguns, que foram geradas pela minha manifestação e declarações verbais, na assembleia do SINPROSM do dia 22/03/17, no salão da Catedral Diocesana, as 17 horas. Naquela ocasião declarei que “onde os professores Ieda, Paulo e Jane estivessem, POLITICAMENTE, eu não gostaria de estar”, o que, aliás, permanece sendo a minha vontade; também me referi a IRREGULARIDADES na gestão do sindicato, irregularidades quanto a estratégias políticas de atuação sindical, como por exemplo, descumprimento do estatuto do SINPROSM, uma vez que a maioria das decisões não eram tomadas de forma colegiada, conforme o previsto e esperado para atuação num órgão de classe e representativo de uma categoria tão importante e emblemática para a democracia, como a dos docentes!

A minha indignação referia-se a essas situações. Em momento nenhum me referi à professora Ieda, ou qualquer outro colega, quanto a sua idoneidade moral! O que fiz foram críticas políticas às pessoas que, assim como eu, estavam ocupando cargos, para os quais fomos eleitos, no sindicato dos professores municipais. Todas as pessoas que já militaram em movimentos sociais, como um sindicato, por exemplo, sabem que são passíveis de críticas, que os debates muitas vezes são duros e que isso faz parte da ação política e do ambiente democrático!

Nesse sentido, com os processos cível e criminal em andamento, a intermediação do referido juiz proporcionou estes esclarecimentos que oportunizaram o acordo entre as partes. Ficou então decidido que eu faria esta declaração que será veiculada no jornal do SINPROSM e no blog do jornalista Claudemir Pereira, e a professora Iêda cancelaria as ações cível e criminal contra mim. Assim ficou decidido. Assim procedemos.

Santa Maria, 06 de agosto de 2018.


LOURDES HELENA ALVES DOS PASSOS
Prof.ª da Rede Municipal de Santa Maria

CRÔNICA EM REDE



A MAGIA DO LIVRO

Aprendi desde cedo, com meu pai, a importância da leitura e do amor pelos livros. Um livro não é só um livro, é a possibilidade de adquirir conhecimentos, de viajar, imaginar e de nunca estarmos sozinhos.

Ter um livro, que nunca li, nas minhas mãos, é sentir aquela felicidade clandestina de Clarice Lispector. Vontade de começar a leitura e ao mesmo tempo prolongar o início pelo simples prazer de saber que tenho um livro para ler. Depois, devagar, pausadamente...começo a leitura porque ele será a minha companhia. Enquanto lei um livro, seus personagens andam comigo.

Foi assim, há pouco tempo, com Alice (“Para sempre Alice”, de Lisa Genova) que me acompanhava nas minhas caminhadas e eu, preocupada com ela, pois foi diagnosticada com o Mal de Alzheimer, ainda jovem. Outro personagem que me fez companhia foi Daniel (“A Sombra do Vento”, de Carlos Ruiz Zafón) que ficava a lhe perguntar como conseguiria descobrir o mistério de Julián Carax. E assim os personagens vão ficando nos momentos do meu dia, como se fizessem parte de mim.

Lamento que, em geral, nossas crianças, jovens e adultos não têm o hábito da leitura. Nas palavras do eterno poeta Mário Quintana: “O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado”.

Sônia De Grandi
Professora aposentada da rede municipal

Participe do Crônica em Rede!
Envie seu texto com até 1.800 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm 
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najjar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares